

SESSÕES DO PLENÁRIO

106ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de novembro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Ângela Sousa, comunicando sua ausência das sessões nos dias 09 e 10/10/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Delegado Deraldo Damasceno, comunicando sua ausência da sessão no dia 22/10/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Herbert Barbosa, comunicando sua ausência das sessões nos dias 18, e 23/10/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato

parlamentar.

Do Dep. Pastor Sargento Isidório, comunicando sua ausência das sessões nos dias 18, 23 e 24/10/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, taquígrafas, funcionários da Casa, eu tinha um compromisso comigo mesma de só subir a esta tribuna após o resultado das eleições de Pojuca. Mas não posso admitir que uma pessoa cassada, ficha suja, que estava inelegível na 1^a instância; na 2^a instância, por três vezes consecutivas; no TSE, pelo procurador-geral, ainda possa participar de uma eleição para ser votado. Não posso aceitar que se engane toda a comunidade do município, desrespeitando a 1^a e a 2^a instâncias e até mesmo um procurador-geral do TSE. Estou aguardando essa resolução para ver como realmente se posicionará o Judiciário diante desse desrespeito à Justiça do nosso município e do nosso Estado e ao Tribunal Superior Eleitoral.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos comemorando hoje o Dia da Cultura. Temos de respeitar todos os que promovem a cultura no nosso Estado e em nosso País, levando conhecimento para que possamos evoluir cada dia mais. E isso é fundamental tanto para nós, idosos, quanto também, especialmente, para os jovens, que são os que mais precisam se aprofundar na cultura.

Em Brasília, a presidente Dilma está oferecendo um jantar e premiando todos os que representaram maior ênfase à cultura, envolvendo jovens. E aí fico a me perguntar: por que todos nós não trabalhamos em cima da cultura, levando-a aos nossos jovens para que eles possam se aprofundar? Até porque quando se aprofundam nessa área, eles transitam conhecimento. É disso que necessita a nossa juventude para que não fique, às vezes, se prostituindo, fazendo coisas indevidas, incabíveis.

Hoje, quando vemos os nossos jovens envolvidos no tráfico de drogas, fico a pensar: quantos pais e quantas mães estão sofrendo com seus filhos e filhas. E assim faço a seguinte reflexão: se promovêssemos mais cultura dentro do nosso Estado, sem dúvida alguma teríamos um aproveitamento substancial.

Temos de envolver isso no dia a dia das escolas, nas reuniões, no lazer. Por que não levar cultura? Vemos os nossos músicos se apresentando melhor, os 100 anos de Luiz Gonzaga, e hoje seus familiares estão recebendo prêmios em razão desses 100 anos. O nosso saudoso Luiz Gonzaga, que, com certeza, não é insubstituível, porque já se encontra alguém como o filho, que também já faleceu e tem a família que age como ele agia, mas não com tanta cultura, com desenvoltura, com tanta competência, com tanto amor à causa, como era, realmente, o nosso Luiz Gonzaga.

Então, meus parabéns pelo dia de hoje a todos aqueles que fazem cultura.
Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, trago ao conhecimento desta Casa uma moção de pesar que apresentamos pelo falecimento do Sr. José Farias de Lima, pai do prefeito eleito da cidade de Esplanada, Rodrigo de Dedé, que é do PTN. Aqui vai a nossa solidariedade à família nas pessoas dos filhos, Rodrigo, prefeito eleito de Esplanada, do vereador eleito Gilson, do secretário estadual do PTN, Alex, da filha Cananda, e o nosso carinho ao cidadão e a cidadã esplanadense que ontem se despediram de um cidadão que fez muito por aquela terra, trabalhou muito, muito conhecido, e que partiu para outro plano, mas nos deixou uma saudade muito grande.

Mas, meu caro deputado Luciano Simões, deputado aguerrido, que viaja por essa Bahia, que passa constantemente pela BR-324, nesse final de semana, deputado, tive a oportunidade de dirigir e tomar conhecimento da irregularidade no piso da BR-324. O motorista, se não estiver ativo e atento ao volante, o carro passa numa depressão, num conserto daqueles, não há remendo, perde o controle do volante, o carro ou vai para o acostamento ou vai para o canteiro central.

Não é possível, eu vou dispensar o governador Wagner, que não anda de carro, anda de helicóptero e não tem ciência, mas é preciso que alguém do governo chame a atenção de S.Ex^a o governador Jaques Wagner, da ANTT, pois ninguém tem ciência dos malefícios que foi a privatização da BR-324.

Você olha, parece que o piso está correto, não está. Há saliências no trecho Feira de Santana-Salvador nos dois sentidos. Não é possível que se pague um pedágio... O governo federal vendeu a BR-324 e não fiscaliza. A Via Bahia faz o quer e bem entende. Não é possível que o governador Wagner não tenha pena dos baianos que utilizam a BR-324. Pagamos pedágio, queremos uma estrada de qualidade. Quantos acidentes ocorrem na BR-324? Quantos carros capotam por defeito no piso, por saliência no piso? E quando se faz, é um remendo de péssima qualidade, o carro fica sambando. Desafio aqui alguém a comer uma feijoada e viajar na BR 324 para ver o que acontece, toda hora faz – drummm – parece aquele samba do crioulo doido você pilotar seu carro na Br 324. O governo estadual, governo federal, ninguém faz nada, silêncio sepulcral.

O governador Wagner, que era contra as privatizações, vendeu as BA's do entorno de Salvador. O que vai cobrar de quem? O governo federal, que era contra a privatização vendeu as BR's, está vendendo os aeroportos. Então, a gente não tem a quem apelar. Eu uso aqui esta tribuna pedindo pelo amor de Deus! Clemência, que alguém do governo nos ouça, que alguém do governo federal nos ouça, que alguém que tenha trânsito livre com o governador, que fala toda hora, o presidente Marcelo Nilo pelo menos disse que tem trânsito, alguém que fale com a presidente Dilma –

presidente, a senhora vendeu a BR, o ex-presidente Lula vendeu, está lá em péssimo estado. O cidadão paga o pedágio e não tem retorno!

Eu tenho que ser justo – a estrada do Cia está sendo duplicada, tem qualidade, não vou dizer aqui o contrário. Não deveria ser privatizada, mas já que o foi, está se fazendo um piso de qualidade. Agora, a BR 324 foi vendida pelo governo e o governo não fiscaliza o que vendeu, e a ViaBahia faz o que quer e bem entende, deita e rola, é por isso o grande número de acidentes, hoje, na BR 324, e o governo tem culpa sim.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Simões pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, na última sessão nesta Casa denunciei as irregularidades dos convênios celebrados pela Secretaria de Desenvolvimento Social, e a irregularidade denunciada é por que não consta, deputado Waldenor, dos convênios o nome e a localização da associação.

Citei naquela tarde que V.Ex^a, que foi líder aqui, participou ativamente dos trabalhos da Assembleia, foi autor de utilidade pública, há muitos anos, de uma dessas entidades. Foi acessando a internet que conseguimos localizar uma dessas associações. V.Ex^a autor de uma, o deputado Yulo de outra, a deputada Lídice da Mata quando esteve aqui há muito tempo, que não tem nada a ver, o convênio não é entre o deputado, deputado não pode assinar convênio, é entre a associação e a Sedes. Qual a condenação que fiz? É que o convênio tem que ter a sua publicidade, conhecer as partes, como se publica, deputado Alan Sanches, o convênio no Diário Oficial e não se sabe de onde é a entidade, o que fez, o que faz, o que deixou de fazer. Se existe um órgão que tem competência para exercer o serviço de recurso hídricos, que é a Cerb, por que se dá a uma associação? E o pior, sem conhecer de onde é.

Não tem nada a ver quando citei aqui o nome do deputado Waldenor, meu amigo, foi justamente porque ele é o autor, como vários deputados daqui da Assembleia são autores de projetos de lei de utilidade pública. Mas não tem nenhum relacionamento de Waldenor com o convênio ou com a associação. Muito pelo contrário, ele está muito distante porque está em Brasília.

A questão de Camaçari é que a associação Agenda, que não tem nada a ver com a prefeitura, e a deputada Luiza Maia pensava que estava sendo atingida, é uma ONG que atua em Camaçari e atua no município de Paulo Afonso. Soube hoje que é de propriedade de um holandês, inclusive é um picareta, segundo as próprias informações das pessoas do governo do Estado. Pois essa ONG vai receber 5 milhões e 400 mil reais para prestar serviço de recursos hídricos no semi-árido. Só consegui descobrir a localização depois de acessar pelo CNPJ, o que deveria constar do convênio, a localização da associação, o nome da associação completo.

Quando citei o nome do deputado Yulo e do deputado Waldenor, não tem nada a ver com o que está aqui “ilaçado”. O que se discute aqui não é autoria de utilidade pública, o que se discute é a viabilidade, a consequência administrativa do convênio. É isso que estamos procurando.

E no dia de amanhã a Bancada da Minoria, liderada aqui pelo deputado Paulo Azi, estaremos, pela manhã, às 10 horas, no Ministério Público Estadual e no Ministério Público Federal, onde iremos levar representação contra esses convênios realizados com as ONG's, que, na verdade, a finalidade, não resta dúvida, é uma finalidade eleitoral. Os convênios assinados, antes das eleições, um dia antes do prazo de assinar convênio, se foi descoberto que a maioria das entidades eram ligadas aos candidatos a prefeitos, do Partido dos Trabalhadores, a exemplo de Valente, um da Paeb, que tinha como presidente o candidato do PT, Ismael, foi uma das que mais recebeu recursos no dia anterior ao último prazo de convênio.

E, por coincidência também, essas entidades que estão sendo beneficiadas com a competência de um órgão que já existe, uma associação da zona rural de Paulo Afonso, de Seabra, de Gentil do Ouro, não tem estrutura técnica para fazer obra de recursos hídricos. E denunciei daqui, isso aqui é uma malandragem para repassar dinheiro para diretórios e para cabos eleitorais do Partido dos Trabalhadores. Não é nada mais do que isso.

E vamos, amanhã, levar para que o Ministério Público da Bahia tome as providências necessárias, e como se trata, também, de recursos do governo federal, vamos levar ao Ministério Público Federal para que essa farsa seja, de uma vez, desmontada, no Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, primeiro quero saudar a presença do nosso ilustre amigo, deputado Waldenor Pereira, figura ilibada na política baiana, que de nós tem todo o carinho, Líder nesta Casa, saiu prestigiado entre Oposição e Governo pelo seu comportamento ético e moral, acima de tudo pela amizade que soube propagar nesta Casa.

Deputado Luciano, eu, hoje, vou começar a responder um pouco a V.Ex^a, acerca das denúncias que foram aqui efetuadas nos últimos dias. Parece-me que isso aqui precisa ser tratado, deputado Paulo Azi, que a Bancada de Oposição envereda no caminho de confrontar a política de fazer com que as ONG's, neste país, tenham uma participação na construção social.

Quero dizer a V.Ex^a, deputado Paulo Azi, que se trata de uma política estratégica de governo federal, se trata de uma política estratégica, deputado Adolfo, de governo estadual, e se trata de uma política de estar acima dos Partidos.

Se nesta Casa, deputado Carlos Geilson, começarmos a achar que toda ONG é bandida, como eu vi aqui várias vezes a palavra bandido ser utilizada de forma gratuita, a palavra vagabundo e outras palavras de baixo calão. Nós não podemos permitir, deputado Carlos Geilson, que, nesta Casa, deputado Marcelo Nilo, peço sua atenção, que venhamos fazer política da forma que estamos a fazer.

Parece-me um tiro no pé do deputado Luciano, um tiro, não, vários tiros no pé,

porque o primeiro tiro ele dá contra esta Casa, na medida em que não qualifica o diálogo, não qualifica o debate e não qualifica, inclusive, deputado Carlos Geilson, a forma de fazer a denúncia.

Deputado Luciano, meu amigo pessoal, gosto muito do deputado Luciano no campo pessoal, mas vejo, deputado Luciano, que quando V.Ex^a atinge, de forma irrestrita, os convênios com as ONG's está esquecendo de compor, na sua comunicação, na sua informação que sem as ONG's, que sem o Terceiro Setor, que sem a organização social esse País não tem jeito, esse estado não vai ter como enfrentar as grandes demandas, especialmente, da seca. A seca que está aí, deputado Luciano, só vai ser enfrentada se nós tivermos, sim, o apoio das comunidades organizadas nas suas associações.

Não há governo que possa, nesse momento, com os recursos que tem, a nível administrativo, enfrentar um caos do tamanho que estamos enfrentando. O que é isso? O Senhor tem que vir aqui e dizer, objetivamente, onde estão os desvios. O senhor colocou aqui algumas denúncias e vou pegar uma a uma hoje. Todas publicadas, todas colocadas claramente. Não houve licitação, houve chamamento?

V.Ex^a sabe que se forem para os rincões do interior achando que vão formular processo licitatório com tempo de 6 meses, 5 meses, 4 meses, deputado Luciano, o Senhor está dizendo, em outras palavras, “morram lá na ponta”. Esqueçam que existe estado, esqueçam que existe solidariedade.

É uma seca que está assolando o estado, que nós, neste momento, precisamos, todos, e inclusive, várias ONGs dessas que o Senhor reclamou foram ONGs que tiveram aqui da Casa, deputados, hoje, da oposição, que fizeram parte das negociações da Casa para aprovar as suas utilidades públicas, que é uma coisa simples. Não quero aqui dizer a V.Ex^a que não possam ocorrer alguns desvios ou desvirtuação de quaisquer desses atores sociais. Pode acontecer. Não é nada invulnerável, não, pode haver vulnerabilidade.

Mas não podemos colocar todo mundo no mesmo barco. V.Ex^a teve que vir aqui hoje e aí eu acho que merece meu reconhecimento de que teve uma atitude grande. Hoje, teve, porque V.Ex^a reconheceu que o deputado Waldenor, como também o ex-deputado Zilton, jamais estariam envolvidos em quaisquer dessas situações.

V.Ex^a, no afã de fazer o debate, de tal forma aqui V.Ex^a colocou o nome deles. Mas, teve uma atitude, hoje, grandiosa que, do meu ponto de vista, tem que ser registrada. Vamos fazer política. Deputado Leur, somos aqui opositores uns dos outros, no plano das ideias. Mas, se a classe política não se der ao respeito de fazer com que a gente faça o debate sem esses exageros, nós nos estamos entregando como classe política, porque não nos estamos dando o respeito que merecemos.

Eu tenho, às vezes, raciocinado se vale a pena continuar na política, se não tivermos entre nós, pactos mínimos, porque nos agredimos sempre. Não existe, deputado Luciano, bandido nesta plenária. Quem é bandido?...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Por que aprovou uma ONG que esteve aqui conosco, ou

uma associação, uma organização? Então, encerrando minha fala, primeiro, dizer que gostei aqui da atitude de V.Ex^a de reconhecer o valor que tem o deputado Waldenor, o ex-deputado Zilton. Acho que é uma atitude grandiosa de sua parte, mas no resto vamos ter que discutir, agora, o conteúdo das suas denúncias porque são graves, e V.Ex^a esqueceu que estamos vivendo a pior seca dos últimos 80 anos e sem os braços das organizações sociais, jamais teríamos como enfrentar esse momento delicadíssimo do estado e, principalmente, da vida daqueles mais carentes que precisam, neste momento, de alento lá na ponta.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Luciano Simões:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Nobre deputado, se pudesse esperar, para a gente não tomar o tempo do Pequeno Expediente. Mas, se for rapidamente, pela ordem o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- A questão de ordem tem como finalidade esclarecer porque, da maneira como o Líder do Governo coloca a situação, não é dessa forma. Primeiro, a denúncia foi feita sobre a regularidade dos convênios e o objetivo dos convênios. Jamais faria qualquer acusação contra o deputado Waldenor, pois o deputado Waldenor, quando estava nesta Casa, fui o deputado que indicou ao governador o nome dele para candidato a Presidente desta Casa. E, tive a coragem de falar, inclusive, na presença do deputado Marcelo Nilo.

Jamais iria indicar uma pessoa para ser Presidente da Casa que não fosse um homem de reputação ilibada. Segundo, a deputada Luiza Maia. Quando foi denunciado que foi preso o prefeito Luiz Caetano, o único deputado que assumiu esta tribuna para defendê-lo fui eu. Os demais correram. Fui 3 dias à tribuna, protestei até contra o Jornal A Tarde de fazer aquele tipo de matéria, e depois ficou provado que realmente eu tinha razão, como também em relação ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, o deputado Antônio Honorato. Só o deputado Luciano Simões é que foi para aí no primeiro dia, na primeira hora. Carlos, o secretário da Mesa, o deputado Waldenor e o deputado Reinaldo Braga sabem disso, porque estavam presentes àquela época nesta Casa. Então, não tem nada a ver com o deputado. A questão, deputado Zé Neto, é a regularidade do convênio. Não se pode publicar convênio omitindo as localidades e não se pode superpor competências. A competência de gerir recursos hídricos é da Cerb, a de fazer a assistência técnica é da EBDA. Então, mandem um projeto de lei para esta Casa...

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Para concluir, deputado.

O Sr. Luciano Simões:- (...) acabando com a EBDA, extinguindo também a Cerb e dando competência para as ONGs. Conclui, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Obrigado. Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, também gostaria de tocar nesse assunto de uma suposta denúncia do deputado Luciano Simões. Confesso que como parlamentar de primeiro mandato

transformei esse tempo aqui nesta Casa em tempo de aprendizado, em tempo de convivência, em tempo de diálogo, em tempo de debate, que foi o que fiz a minha vida inteira como educador. Não poderia dar conselhos, muito menos ao deputado Luciano Simões, lastreado que é por uma larga experiência política. Passou por vários momentos da história política da Bahia, inclusive liderado do nobre deputado Waldenor Pereira, apoiador do governador Jaques Wagner, aliás um dos grandes responsáveis pela eleição de Wagner.

Portanto, não poderia eu jamais dar um conselho ao deputado Luciano Simões, mas como educador geralmente discuto com os alunos mais velhos. Quando o aluno vai chegando, estamos ali para dialogar, caminhar, não vou dar conselho, mas é no mínimo discutível a postura do deputado Luciano Simões, que possui uma grande capacidade lógica de articular ideias em tons irônicos, em tons muitas vezes sarcásticos. Às vezes confesso que sou admirador da forma como ele manipula e controla seu próprio raciocínio. Várias vezes ele trouxe aqui figuras de retórica que confesso olhava até com admiração, mas desta vez, no mínimo, o deputado Luciano Simões foi infeliz.

Ele começa nessa passagem denunciando o que ele chama de irregularidade dos convênios das sedes com as ONGs e à certa altura ele resvala para um assunto que não tem nada a ver. Os senhores jornalistas são, eu diria, artesãos da palavra e do discurso, podem observar que o raciocínio do deputado está completamente fora do contexto. Ele começa a falar das ONGs e aí diz: *“Essa ONG, esse convênio, foi feito pelo deputado Waldenor Pereira, é um deputado votado...”*, e ele se refere ao deputado Roberto Carlos, *“...nas barrancas de Juazeiro, para retirar do governo 5 milhões e 300 mil...”*. Ou seja, o deputado Waldenor Pereira foi autor do projeto para a lei que torna a entidade de interesse público em âmbito estadual. Todos os meus deputados fazem isso. Inclusive, estou levantando todas as entidades que o deputado Luciano Simões aprovou aqui e vou investigar também esses convênios. Quem sabe se diante de tanta desconfiança essas entidades que ele autorizou não têm alguns convênios com órgãos federais? Então, vamos examinar.

Gostaria, Sr. Presidente, para concluir, de dizer duas coisas. A primeira, é a caminhada e a postura do deputado Waldenor Pereira, que foi Líder aqui do governo Wagner durante 4 anos, dois mandatos, duas vezes reitor da UESB, hoje numa trajetória em Brasília, uma liderança emergente em Brasília, com grande responsabilidade. Jamais pode ser, assim como Zílton Rocha, como Yulo e outros deputados... Por um momento de insensatez ou de uma certa, me permita um termo um pouco pesado, diarreia verbal, o deputado Luciano Simões deve ter tido posse de uma diarreia verbal, por isso saiu espalhando acusações sem nenhuma procedência, chamando de ladroagem, de malandragem, num arroubo, parecendo um xerife do governo do Estado. Não pode ser admitido numa Casa de debates, numa Casa Parlamentar colocar suspeita sobre uma bobagenzinha. Que se investigue, que se olhe. Aliás, a preocupação dele original procede: de onde vem o convênio, qual é o objeto do convênio, qual o sentido do convênio? E essas ONG's, aí cabe um grande debate, foi uma estratégia, na verdade, neoliberal que os governos anteriores a Lula

tentaram implementar para diminuir o papel do Estado e que o governo Lula...

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:-(...) resgatou essas ONG's como instrumentos, ferramentas, da construção social.

Esse debate, Luciano Simões, é um bom debate. Mas o debate vazio do qual se escorrega para a ironia sem consistência não é salutar nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, depois da fala do deputado Zé Raimundo, eu poderia até nem fazer referência à discussão da denúncia do deputado Luciano Simões na quarta-feira passada. Mas eu quero falar porque, além da secretária de Desenvolvimento Social ter mandado uma nota esclarecedora que está muito grande, vou pedir para registrá-la como lida, vou ver se dá tempo ler alguns trechos dessa nota na qual ela esclarece a questão dos convênios, quero agradecer, primeiro, ao deputado Luciano o apoio que ele deu quando a banda podre da Polícia Federal fez aquela armação para tentar destruir o projeto político de Camaçari comandado pelo prefeito Caetano, quando prendeu Caetano e depois provamos que não tínhamos nada a ver com aquela história. Quero agradecer a ele, mas dizer que a forma como ele tratou essa questão aqui não está correta. Acho que desmoraliza este Poder que já é desgastado perante o povo e que precisamos ter cuidado. Chegar à tribuna e denunciar que porque foi feito um convênio com a ONG tal, um extrato do convênio, obviamente que não dava para colocar todos os convênios no Diário Oficial, fazer aquele horror de bandidagem, de lavagem de dinheiro, de moleques, de um bocado de coisas que foram ditas. Inclusive, quero pedir desculpas a quem estava aqui ou quem nos acompanha pela TV, à imprensa, porque entrei no nível. Devolvi no mesmo tom o que disseram para a gente. Porque Camaçari não tem nada a ver com a história. A ONG, a agenda não tem nenhuma relação com Camaçari, anda “piruando” Camaçari, mas não temos nada, não há nenhum trato, nenhum convênio.

Dizer que o trabalho que Ismael faz em Valente com aquela entidade é uma coisa de malandragem, de roubalheira, não está correto. Conhecemos a história daquela associação, o tanto de emprego que ele gera naquele município. E acho que se há irregularidade, ou indícios de irregularidade, tem que ser feita a denúncia. Estamos vendo a história da Prefeitura Municipal de Salvador. Agora, vir para aqui querer desmerecer todo mundo, dizer que Camaçari fez um convênio para roubar 5 milhões para fazer cisternas. Ouvi o aparte de todos e por isso me estressei mesmo e reagi a altura.

Mas quero dizer ainda, Sr. Presidente, que conversei também porque fui cobrada pelo deputado Carlos Geilson que, por outro lado, não cobrou outras questões relacionadas às denúncias que são feitas aqui, a questão da dita agressão que

o secretário Leonelli fez à sua funcionária. Falei com ele hoje. Infelizmente, não consegui falar com a funcionária. Não conheço a Bruna. A Comissão dos Direitos da Mulher está aí à disposição para ouvir qualquer denúncia. O deputado Leonelli disse-me que já se desculpou com a funcionária pessoalmente, que se desculpou com todos os funcionários da Secretaria e que não houve agressão física, muito menos agressão moral ou verbal, que apenas falou alto porque estava estressado com a questão de um voo com as Aerolineas Argentinas, não sei direito como é que foi a história, e que ele a havia chamado a primeira vez, a segunda vez e que, na terceira vez, ele foi lá e falou realmente alto, mas que pediu desculpas e tudo o mais.

Acho que precisamos apurar, independente de quem seja, até se for meu pai. Não aceito agressão física nem moral de ninguém e se fosse meu pai que tivesse tido essa postura errada denunciaria.

Mas eu quero também, Sr. Presidente, lembrar às deputadas e aos deputados que queiram participar, que faremos amanhã uma reunião da Bancada Feminina para tratar da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher. Convidamos para esse encontro a secretária da Mulher e outras companheiras dos movimentos sociais.

Essa questão da violência contra a mulher ainda é séria. Vemos agressões, mortes e outras coisas em qualquer jornal que se abra. Esta Casa precisa ter uma posição sobre isso. As campanhas são importantes, pois contribuem para a conscientização e a formação do seguinte consenso: as mulheres têm direito a viver numa sociedade que as respeite, que as valorize e que não haja violência contra elas.

Vou tentar outro horário para falar sobre projetos de deputados que não chegam à pauta das sessões para serem votados. E também sobre os resultados das eleições municipais no Estado da Bahia, no que tange às mulheres. Tivemos pequenos avanços, mas é importante que os registremos, porque também é fundamental a presença e a participação das mulheres nos espaços de poder.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, Galerias Paulo Jackson, quero aproveitar para saudar com muito carinho a presença nesta Casa do ex-deputado estadual e hoje deputado federal Waldenor Pereira, que foi Líder do governo nesta Casa nos primeiros 4 anos de Jaques Wagner à frente do Executivo estadual.

De forma muito tranquila, deputada Luiza Maia, quero solidarizar-me com a defesa que aqui foi feita da figura do deputado Waldenor pelo deputado José Raimundo. Tivemos aqui, no início do governo Jaques Wagner, alguns embates duros com o então Líder da Maioria, mas nunca nos faltou consideração e respeito. Até porque, por si só, a trajetória política e pessoal do deputado Waldenor lhe dá um atestado de extrema lisura e de homem público da mais alta estatura política.

Na semana passada, o deputado Luciano Simões – tive acesso às notas

taquigráficas – transformou uma denúncia num discurso extremamente perigoso, que atingiu muitos homens e mulheres de bem. É importante que o deputado, ao fazer a crítica que lhe cabe ao exercer o seu o papel de parlamentar da Oposição, procure ter o cuidado, deputada Ângela Souza, de não entrar em determinadas matérias caras e raras, como a dignidade e seriedade do homem público.

Sem proceder assim, por mais robusta que seja a sua denúncia – confesso-lhe que não vi grandeza nessa –, perde a razão, perde a sua base, na medida em que começa a atingir homens e mulheres.

O fato de haver, deputado Joselito Ramos, uma transferência de recursos para determinadas associações, em absoluto pode levar a condenações prévias, deputado Carlos Geilson. É preciso verificar se, de fato, aqueles recursos que chegam a determinadas entidades – e existem muitas na Bahia que fazem um trabalho sério e eficiente – estão realmente sendo bem aplicados. Enfim, deve ser investigado se essas entidades estão tendo zelo com o recurso público.

O fato de ser organização não governamental não pode, por si só, descredenciar uma entidade, não pode desqualificá-la, deputada Luiza Maia. Há e sempre haverá preocupação de qualquer governo de fazer esse enfrentamento no campo da fiscalização, do controle social, do controle efetivo dos gastos públicos. Mas não pode a premissa ser sinal de condenação antecipada.

O fato de haver repasse para as organizações, a exemplo da Asa, uma entidade já consolidada no Estado da Bahia, que faz um trabalho há alguns anos nessa questão hídrica, principalmente. Conheço o trabalho social dessa organização, e o fato não a descredencia, muito menos o autor, deputado que meramente requereu a utilidade pública aqui na Casa. O fato de o deputado Waldenor Pereira e outros deputados que por aqui passaram poderem indicar como utilidade pública é meramente um rito procedimental desta Casa, extremamente comum a todos nós, e não, de logo, poderá impor algum tipo de condenação, ou pior, numa reportagem extremamente dúbia, que chega, inclusive, a macular a informação a ponto de dizer que o deputado Waldenor Pereira poderia estar se usurpando dessas prerrogativas, a ponto de ser beneficiado por esse recurso.

Quem conhece a trajetória do deputado Waldenor, digo isso com muita tranquilidade porque hoje sou seu aliado, tivemos aqui duros enfrentamentos, seria uma maldade sem precedentes. A história do deputado Waldenor, como reitor da Universidade do Sudoeste da Bahia ou como deputado estadual, em momento algum houve qualquer tipo de arranhão à sua moral, à sua correção com os dados e com as informações públicas, com a seriedade que é uma marca da sua atuação política.

Portanto, quero me associar, deputado Zé Raimundo, a tantos outros que passaram aqui, e quero dar esse testemunho da minha confiança e do meu respeito à história e à trajetória do deputado Waldenor Pereira, homem sério, probo, que honra a Câmara Federal e que muito honrou esse Poder Legislativo, pois não há, em absoluto, qualquer tipo de mácula que possa, nesse momento, contrariar a sua história, o seu trabalho, o seu mandato.

A única acusação que recai é o fato de ter sido ele o proponente da indicação de

utilidade pública, o que não o desqualifica. Uma entidade pode estar apta a receber recursos públicos, aplicá-los de forma séria e correta e nem por isso, por ser uma entidade não-governamental, já possa, de forma prematura, ser pré-concebida como entidade que faça desvio.

Há, sim, muitas e grandes organizações não-governamentais que prestam importantes serviços à Bahia e ao Brasil, como existem, de fato, algumas que merecem ter cuidado. Somente o fato de ter repassado recurso ou de ter, por isso só, se apresentado como de utilidade pública, não pode de alguma maneira arranhar a trajetória, a seriedade e a postura que o deputado Waldenor Pereira sempre teve com a sua atividade política.

É esse o registro que faço, solidarizando-me, em nome do PSD, a esse deputado que muito honrou e que dignifica hoje a Câmara Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Grande Expediente.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi. O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, deputado Reinaldo Braga, creio que está havendo um certo desvirtuamento com relação às denúncias que têm sido feitas nesse plenário relacionadas à prática recorrente desse governo de transferir recursos públicos para organizações não-governamentais, para que essas organizações executem ações próprias de órgãos da administração pública do Estado da Bahia.

A oposição tenta há mais de seis meses instalar uma CPI nesta Casa, batizada de CPI das ONGs, e tem encontrado uma resistência total do governo e seus líderes no sentido de impedir que essa CPI seja criada e instalada no âmbito deste Poder.

Estava aqui no dia em que o deputado Luciano Simões fez mais uma denúncia relacionada a esse repasse de recursos, como disse, recorrente, do governo da Bahia para diversas entidades do terceiro setor. Confesso que não vi nenhuma acusação de ordem pessoal do deputado Luciano Simões a qualquer parlamentar, seja deputado estadual ou deputado federal.

Deputado Waldenor Pereira foi nosso colega nesta Casa, merece todo respeito de todos nós que somos parlamentares. Eu não vi, da parte do deputado Luciano Simões, qualquer acusação com relação à integridade física do nobre deputado Waldenor Pereira ou de qualquer outro deputado desta Casa. Acho que o debate está sendo desvirtuado. Acho que esta Casa deveria, sim, assumir as suas responsabilidades, enquanto poder constitucionalmente investido nas atribuições de fiscalizar os atos do Poder Executivo, e dar uma resposta à sociedade. Dar uma resposta à sociedade que assiste pasma a essa verdadeira farra dos recursos públicos que estão sendo destinados a diversas ONGs no interior do nosso Estado.

Recordo-me de quando nós fizemos a denúncia, Sr. Presidente, de um tal

Instituto Brasil, que recebeu, à época, mais de R\$ 18 milhões para a construção de casas populares. Naquela época, há mais de quatro anos, já alertávamos para uma prática que considerávamos desvirtuosa. Como é que o governo do Estado, que possui órgãos especializados, como, por exemplo, a Conder, transfere a sua atribuição para uma entidade que todos nós sabíamos não estar preparada para esse fim. Agora, o Ministério Público, reconhecendo a denúncia da Oposição, mandou suspender o convênio e já abriu inquérito criminal contra os representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, responsável, à época, por esse convênio. Creio que este Poder tem uma responsabilidade de fiscalizar essas ações.

O que nos deixa indignados, deputado Reinaldo Braga, é que o Estado, que tem na Cerb, uma empresa séria, responsável e competente, técnicos especializados, que tem na Car, da mesma forma, técnicos especializados e acostumados a este tipo de ação, de repente repassa recursos que chegam a R\$ 130 milhões para ONGs em diversas localidades do nosso Estado.

Portanto, quero dizer aos parlamentares desta Casa, aos deputados do governo que tentam individualizar e personalizar a denúncia do deputado Luciano Simões, que a denúncia do deputado Luciano Simões é grave! É gravíssima! E deveria encontrar de todos os parlamentares desta Casa, deputado Reinaldo Braga...

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Para concluir, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Concluindo, Sr. Presidente.

E deveria encontrar de todos os parlamentares desta Casa, deputado Reinaldo Braga, de todos os parlamentares desta Casa o firme propósito de investigar, de acompanhar e de alertar a este governo, que já repassou mais de R\$ 1 bilhão a diversas entidades, ao longo desses cinco anos, que essa prática é danosa, que essa prática que deveria ser uma exceção está-se tornando, infelizmente, uma regra deste governo com risco de desvio de recursos públicos que não sejam e não atendem as suas finalidades.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Para concluir, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- É por isso, deputado Reinaldo Braga, já concluindo, que quero anunciar que amanhã toda a Bancada de Oposição haverá de fazer...

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Deputado Paulo Azi, V. Ex^a não formulou a questão de ordem até agora.

O Sr. Paulo Azi:- Já vou concluir, deputado Reinaldo Braga.

Haverá de fazer uma visita ao Ministério Público, ao seu procurador-geral para que o Ministério Público possa acompanhar, fiscalizar e ajudar-nos a impedir que essa farra dos recursos públicos permaneça a acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- V.Ex^a não formulou a questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados e deputadas, demais presentes nesta sessão, cidadãos que nos acompanham por meio da TV Assembleia,

na verdade, estamos utilizando o tempo do PSD, os 25 minutos. Podemos também discorrer, hoje, sobre essa discussão acalorada que se passa aqui, e sempre digo que precisamos ter muita maturidade na hora de trazer qualquer questionamento. A Oposição tem feito um trabalho brilhante, pontuando, mas agora mesmo, para V.Ex^{as} terem uma ideia, em meu gabinete me solicitaram que eu fosse o “compositor” para dar entrada na Assembleia Legislativa para que essa determinada associação ou instituto ou fundação ou ONG pudesse solicitar a esta Casa, através de mim, sua utilidade pública estadual.

Quando fui vereador, da mesma forma, solicitava e fazia os encaminhamentos da utilidade pública municipal em Salvador, como tenho certeza que V.Ex^{as}, por diversas vezes, fizeram e nem por isso já visitei aquela entidade ou tive qualquer parceria, inclusive, muitas vezes não temos nem parceria eleitoral. Mas por ser uma entidade que busca, pelo meu entendimento, sempre auxiliar a nossa sociedade quanto estar presente no terceiro setor, acredito que sim. Agora, cabe aos poderes públicos constituídos, o Ministério Público e o Tribunal de Contas fiscalizarem. Os convênios estão aí para serem fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado. O próprio procurador de cada secretaria e a Procuradoria Geral do Estado fiscalizando também.

O que eu acho inconcebível é acusarmos o deputado A, B ou C como se tivesse alguma participação. Não tenho absolutamente procuração de nenhum deputado, mas sempre estarei defendendo todos aqui, porque eu disse no meu primeiro discurso, quando assomei esta tribuna, que o debate tem que ser ideias estabelecendo o contraditório e nunca no juízo de valor pessoal adjetivando pessoas. Sou contra somente isso.

Então, eu poderia estar agora com alguma utilidade pública, se tivesse celebrado algum convênio, e sem saber o que estaria acontecendo. Tenho certeza que o próprio deputado Luciano Simões, que trouxe aqui as denúncias, ele mesmo já fez a ressalva que não estava absolutamente personalizando a denúncia, mas trazendo a queixa como um todo. V.Ex^{as} já têm conhecimento da minha posição com relação às ONGs. Acho que precisa ter um critério, não só o documental, o da amizade, da parceria, mas um critério que possa fazer através de um chamamento público, uma seleção, aquela associação que possa melhor servir aquele determinado segmento ou função quando o Estado não tiver a capacidade. Porque o melhor seria trabalhar sempre com todos os funcionários concursados, porque seria algo mais equilibrado e todas as pessoas brasileiras poderiam disputar um cargo para executar qualquer tipo de função no Estado da Bahia.

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- Um aparte ao deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Alan Sanches, quando fiz o discurso, em nenhum momento me referir a envolvimento de deputado com ONG. Para descobrir, deputado Zé Neto, V.Ex^a que é advogado, de onde era a ONG tive que recorrer à Assembleia Legislativa que informasse, porque não se pode firmar um convênio deputado Alan Sanches, V.Ex^a que foi gestor da Câmara de Salvador, não se publica

convênios sem saber quem é a outra parte e sem colocar de onde é aquela ONG.

O Sr. ALAN SANCHES:- É o princípio da publicidade.

O Sr. Luciano Simões:- Justo. Eu vim descobrir, deputado José Carlos Araújo, deputado federal, meu amigo e companheiro de muitos anos e de muitas lutas. Eu vim descobrir, deputado José Carlos Araújo, que há uma ONG, Centro Assuruá, que está recebendo, agora, R\$ 5 milhões e 600 mil.

Eu descobrir que esta ONG é de Gentio do Ouro. É a mesma ONG que recebeu, no ano passado, R\$ 16 milhões. Ouça! Está publicado do Portal da Transparência do governo. Está aqui: o Centro Assuruá recebeu R\$ 5 milhões e 600 mil. Ouça, deputado José Carlos, V.Ex^a, que só tem R\$ 12 milhões de emenda para a Bahia toda: o Centro Assuruá, que é do povoado de São Nicolau, em Gentio do Ouro, deputado Alan Sanches, recebeu R\$ 16 milhões. Sabe para quê? Para fazer palestras sobre o pré-sal. Uma associação do povoado de São Nicolau de Gentio do Ouro. O que é isso também?

Não tem nada a ver. Querem tirar o foco das ONGs para colocar em deputados. Aí caiu por terra, porque o deputado Waldenor é meu amigo pessoal de muitos anos e eu o admiro muito. O prefeito Luiz Caetano, da mesma forma, teve uma grande convivência comigo no Parlamento e jamais iria ofendê-lo. E todo deputado, às vezes, assina utilidade pública a pedido de um amigo, de um companheiro e não tem sequer relacionamento com a ONG.

Então, não tem que tentar tergiversar por esse caminho. O que deve ser feito é o Líder do Governo convocar uma coletiva para retificar, informando sobre a estrutura dessas ONGs para fazer obras de recursos hídricos, fazer palestrar sobre o pré-sal, e dizer qual a estrutura dessas ONGs da zona rural para prestar assistência técnica rural. Cabe ao Líder do governo convocar o secretário do Desenvolvimento Social, o secretário de Agricultura, e trazer os nomes, as localidades e a estrutura administrativa dessas ONGs para suplantar a Cerb, que é um órgão que foi criado para isso, e a EBDA, que é o órgão com competência para prestar assistência técnica rural.

Isso é uma brincadeira. Vamos levar os recursos públicos a sério. Eu creio que o governador Jaques Wagner, novamente, liberando dinheiro para o Centro de Assuruá, ou seja, R\$ 16 milhões para fazer palestras e agora liberou R\$ 5 milhões e 600 mil para fazer obras de estrutura. Isso é brincadeira!

O Ministério público ficará com a palavra amanhã e tomará as providências que o caso requer.

O Sr. ALAN SANCHES:- Agradeço o aparte, deputado Luciano Simões. Mas acredito que está ficando esclarecido hoje. Não é o deputado o responsável pelo convênio. O deputado ou deputada, qualquer um que seja dos 63, que tenha dado entrada na solicitação da utilidade pública estadual, não é responsável pelo convênio, como foi dito em alguns *blogs* da região de Vitória da Conquista e outros, como se o deputado Waldenor Pereira fosse o responsável pelo convênio. Na verdade, acho que ficou esclarecido que ele não é.

Não convivi com o deputado Waldenor Pereira, não tive essa oportunidade.

Mas acredito que não é o deputado ou deputada responsável por qualquer convênio. Agora, se houver necessidade de qualquer esclarecimento, tenho certeza, deputado Luciano Simões, que o governo o fará.

Queria conversar um pouquinho com V.Ex^{as} sobre o nosso posicionamento como PSD municipal e estadual. Com relação ao nosso município, conseguimos, em nossa primeira eleição, como estreante, eleger em Salvador dois vereadores. Nós tínhamos três que vieram migrando. Mas de eleição, é a primeira vez que participamos, como V.Ex^{as} sabem, e conseguimos 36 mil votos, elegendo dois vereadores na nossa conjuntura partidária, que foi a coligação com PT, PP, PSD e PTB.

Eu, por ser presidente do PSD municipal, fico me questionando qual será o nosso posicionamento na Câmara de Vereadores, haja vista que estávamos com o projeto de Nelson Pelegrino, que nos honrou muito. Um homem extremamente batalhador, mas as urnas preferiram o deputado ACM Neto, que já parabeneizei desta tribuna.

O nosso posicionamento é muito tranquilo. Nós estávamos num projeto, naquele momento da eleição, e agora estamos formando um bloco de independência na Câmara Municipal. Não estaremos, com certeza, nem na Bancada do governo, nem na Bancada da Oposição. Estaremos trabalhando como qualquer parlamentar municipal ou estadual trabalha, votando sempre a favor do seu município, do seu Estado, onde quer que esteja.

Para deixar bem claro o posicionamento do PSD municipal, devo dizer que vai ser de completa independência, trabalhando e votando sempre os projetos positivos que a população de Salvador queira.

Após esse período eleitoral, vejo que a base do governo foi extremamente ampliada. É importante dizer isso aqui. Houve a derrota em Salvador e em Feira de Santana, mas no contexto geral tivemos mais de 9 milhões de votos, e a Oposição cerca de 5 milhões. Uma diferença de 4 milhões, o que nos dá uma posição de relativo conforto.

Mas política é momento. Então, apesar de ser confortável, as coisas têm de ser ajustadas. Era emblemático, realmente, ganharmos aqui na capital, mas a população achou por bem escolher outro projeto.

Sempre se fala, depois das eleições, sobre espaço no governo. Nós deputados do PSD, quando entramos, só tínhamos a Secretaria de Infraestrutura, a Seinfra, com o vice-governador Otto Alencar. Nenhum deputado ou deputada solicitou cargo ou função, absolutamente. Mas sabíamos que no momento apropriado, assim como todos os outros partidos, gostaríamos de participar do governo.

A deputada Ângela, que está ali defendendo o governo, o deputado Temóteo, que não está presente, e a deputada Ivana, que também defende a atual administração estadual, em algum momento vão querer participar cada vez mais do governo, até para entender como funciona a máquina administrativa.

Vejo alguns partidos que participaram dessa eleição na capital dizerem: “Tenho pouco espaço, tenho não sei o quê...” A boca é grande, sabemos que a boca de todo

mundo é muito grande, cada um querendo mais espaço no poder. Mas o PSD não pensa desta forma. O nosso partido só quer o espaço que lhe cabe, proporcional ao seu tamanho.

Hoje, o nosso partido não tem dono, mas tem um líder, um coordenador, um orientador, que faz isso com muita maestria: o vice-governador Otto Alencar. Sempre digo que adoro ser mandado, não tenho problema em ser mandado; mas quando você precisa, aquele mandatário lhe estende a mão. E não tem sido diferente com Otto Alencar. Como ele sempre diz: “Não é só o pão que alimenta, mas a palavra que conforta”.

Muitos de nós diversas vezes precisamos conversar com ele, em alguns momentos levando um prefeito ou uma liderança que não logrou êxito em determinada região. O nosso vice-governador nos atende sempre de forma gentil, carinhosa, independentemente de partido.

Eu mesmo muitas vezes nem marco audiência, mas é claro que não chego empurrando a porta. Aguardo o momento, e quando pode ele pede para entrarmos, resolve o problema, faz aquele afago. É um líder nato. É um homem que consegue isso sem colocar a mão pesada para dizer: “Quem manda sou eu”. A liderança de Otto Alencar é natural. Depois disso, queria dizer que muitas vezes fica parecendo que alguns temas são proibidos aqui. Não que o presidente, que está ali ouvindo atentamente, proíba, mas parece que ficam proibidos, como o da liderança do presidente Marcelo Nilo e as votações para a eleição dos membros dos Tribunais de Contas dos Municípios e do Estado.

Agora mesmo se aproxima o momento em que teremos aqui a votação para a escolha de um novo membro do Tribunal de Contas do Estado. Parece-me que até já poderia ter acontecido, mas, com certeza, o presidente vai ver o melhor momento, junto com o conjunto de, no mínimo, 32 deputados, para ver de que forma poderá colocar para ser definido o novo conselheiro.

Aqui não há bobinho nem bobinha. Sabemos que há interferência, sim, do Poder Executivo. Não venham dizer que é um Poder completamente independente. Sem dúvida, vai haver uma conversa, pelo menos uma sinalização do governador Jaques Wagner e do vice-governador Otto Alencar para que possamos acompanhar essas sinalizações e determinações. Mas penso que cabe a esta Casa discutir a presidência da Assembleia Legislativa, que poderá ser ocupada pelo nosso atual presidente Marcelo Nilo, sem o menor problema – já votei nele uma vez e poderei votar novamente. Entretanto, é importante que haja uma discussão dos 63 Srs. Deputados, a fim de ver como está a Casa e esclarecer alguns pontos. Tenho certeza de que o deputado Marcelo Nilo estará sempre aberto para esse tipo de diálogo, assim como, a discussão sobre o Tribunal de Contas. O que vejo são burburinhos pelos corredores. Não são temas proibidos na Casa Legislativa. O Parlamento é justamente para isso, para falar, para debater, a fim de que possamos, numa democracia livre, neste Estado Democrático de Direito em que vivemos, esclarecer todos os assuntos – inclusive as ONGs que o deputado Luciano Simões traz à tona.

Tenho certeza de que o governo trará todos os esclarecimentos necessários que

V.Ex^a desejar. Inclusive, deputado Luciano Simões, estou colocando um projeto que traz a obrigatoriedade de seis em seis meses cada secretário – e não só o da Fazenda, que vem a cada quadrimestre – venha a esta Casa, para que possamos debater os assuntos inerentes à respectiva pasta com cada um deles, no âmbito das comissões, e não apenas utilizar aquilo como palanque político.

Isso aproximará mais a população e os parlamentares das decisões. Inclusive tais denúncias não estariam acontecendo se tivéssemos essa oportunidade para debater e esclarecer alguns pontos da pasta dos secretários.

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- Com o aparte o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Alan Sanches, V.Ex^a se referiu ao vice-governador Otto Alencar. E como um dos Líderes da Oposição, quero parabenizar o vice-governador Otto Alencar pela coragem e iniciativa que teve, hoje, ao publicar o que deveria ter sido feito pelo governador do Estado muito antes.

O governador se diz amigo da presidenta da República e do ex-presidente Lula, mas não teve a coragem de fazer uma manifestação não só em prol da Bahia, como em prol dos Estados e municípios brasileiros, no momento em que faz a crítica ao sistema tributário nacional. Esta é uma luta de muitos anos. E quero nesta tarde parabenizar o vice-governador Otto Alencar pela atitude e coragem de colocar de público uma reivindicação que é dos Estados brasileiros e dos municípios brasileiros. Tenho certeza de que esses parabéns chegarão a ele, inclusive porque V.Ex^a está do lado de um amigo dele, José Carlos Araújo, isso se ele não estiver assistindo pela *TV Assembleia*.

Mas V.Ex^a sabe, deputado Luciano Simões, que o nosso vice-governador Otto Alencar é um municipalista, é um defensor dos municípios e conhece demais a Bahia. Não acredito que algum político conheça tão bem quanto ele. Pode conhecer igual, porque ele fala de qualquer município, inclusive das lideranças de cada um, talvez por ter sido deputado estadual diversas vezes, conselheiro do Tribunal de Contas do Município, vice-governador duas vezes, governador por nove meses e governador em exercício diversas vezes. Sendo assim, acredito que o conhecimento de diversos municípios se dá por isso. E tenho certeza de que em qualquer conversa – de botequim, de esquina, de Assembleia e de tribunal –, ele estará defendendo os municípios da Bahia, porque os conhece, vê o sofrimento de cada município; inclusive já disse que se continuar dessa forma vários e vários municípios terão suas contas rejeitadas porque não conseguirão fechá-las com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, Sr. Presidente, queria agradecer a oportunidade, estou vendo o plenário se esvaziar, mas acredito que já consegui passar as mensagens que queria e agradeço a todos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Leir Lomanto Junior):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Questão de ordem do deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, por gentileza, gostaria que fosse verificado o quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Luciano Simões:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Questão de ordem do deputado Luciano Simões.

Deputado Luciano, V.Ex^a retira a questão de ordem?

O Sr. Luciano Simões:- Retiro.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Há em Plenário apenas 9 Srs. Parlamentares, portanto número insuficiente para continuidade da presente sessão, a qual declaro encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*